

REGULAMENTO DO I CONCURSO ALUNO NOTA 10 DO CURSO DE DIREITO DAS FACIGA/AESGA

A Coordenação do Curso de Direito das FACIGA/AESGA, torna público o regulamento do I CONCURSO ALUNO NOTA 10, o qual faz parte da programação da VIII Jornada Jurídica, destinado a todos os discentes regularmente matriculados no Curso de Bacharelado em Direito, do 1º ao 10º período, na seguinte forma:

Do Concurso

Art. 1º São objetivos do I CONCURSO ALUNO NOTA 10:

- I. Melhorar o rendimento acadêmico dos discentes, estimulando uma competição saudável entre eles;
- II. Auxiliar na formação acadêmica dos discentes;
- III. Conferir através de certificação e de entrega de prêmios o título de melhor aluno do Curso de Direito da IES.

Dos Participantes

Art. 2º Todos os discentes do curso de Curso de Direito da IES, devidamente matriculados na data até a data da inscrição no concurso poderão participar do certame, sendo limitado a 50 inscrições.

Das vagas, inscrições e critérios avaliativos

Art. 3º. Poderão participar do concurso apenas cinquenta primeiros candidatos inscritos.

Art. 4º. As inscrições ocorrerão do dia 14 ao dia 23 de agosto do ano de 2023, no Diretório Acadêmico. Cada inscrito preencherá o formulário de inscrição e deverá efetuar o pagamento do valor de R\$ 10,00 (dez reais).

Art. 5º. Todos os alunos inscritos serão submetidos a uma prova com questões objetivas que abranjam as seguintes disciplinas: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal e Direito Processual Civil, tendo todas as questões igual peso, sendo cinco questões de cada disciplina, conforme conteúdo programático descrito no Anexa 1.

Art. 4º Será declarado vitorioso no concurso o aluno com o maior número de acertos da prova acima explicitada. O primeiro lugar geral fará jus a um certificado de aluno nota dez, um tablete e um vade-mécum.

Art. 5º. Todos os participante inscritos no certame que realizarem a avaliação receberão dez horas a título de Atividade Complementar.

Art. 6º. Em nenhuma hipótese será devolvido o valor pago na inscrição.

Art. 7º. A prova avaliativa ocorrerá no dia 12 de setembro de 2023, às 14:00h às 16:00h, na sala 01, bloco A da AESGA. Haverá apenas 10 minutos de tolerância, sendo a prova iniciada, impreterivelmente, às 14h e 10 minutos. Em caso de eventual atraso advindo da Coordenação do concurso serão acrescidos os minutos perdidos.

Da eliminação

Art. 8º. Serão automaticamente eliminados os alunos que não comparecerem para realização da avaliação.

Art. 9º Também é hipótese de eliminação, eventual “cola” e/ou uso de aparelhos eletroeletrônicos na hora da prova.

Art. 10º. Nenhum candidato poderá se comunicar com o outro no momento da avaliação, sob pena de ser eliminado do certame, tampouco utilizar qualquer material didático seja físico ou eletrônico.

Art. 11º. Os candidatos deverão se apresentar, pontualmente, no dia e horário da avaliação, portando apenas: caneca esferográfica azul ou preta, documento de identificação com foto e comprovante de inscrição.

Das Demais Considerações

Art. 12º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso.

Art. 13º. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Garanhuns/PE, 08 de agosto de 2023.

A Coordenação do Curso de Direito das FACIGA/AESGA.

ANEXO I- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direitos Fundamentais: origens, evolução e a problemática das gerações (dimensões). 2. A dupla fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais na ordem constitucional. 3. O conceito materialmente aberto de Direitos Fundamentais: conteúdo e significado do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal. 4. Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais. 5. Titularidade dos direitos e garantias fundamentais. 6. Eficácia, aplicabilidade e interpretação dos princípios e direitos fundamentais como problema específico: análise do alcance e significado do artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal. 7. Limites e restrições dos direitos fundamentais. 8. Alguns princípios e direitos em espécie: dignidade da pessoa humana, direito à vida, direito geral de liberdade, igualdade, o problema dos direitos sociais a prestações, nacionalidade e direitos políticos. 9. Poder Judiciário. 10. Poder Executivo. 11. Poder Legislativo. 12. Processo Legislativo.

DIREITO PENAL

1. Conduta punível 1.1. Teorias sobre a conduta. 1.2. Conduta e tipicidade. 1.3. Funções do tipo. 1.4. Elementos do tipo. 1.5. Estrutura do tipo. 2. Tipos comissivos dolosos 2.1. A ação nos crimes comissivos dolosos. 2.2. A relação de causalidade. 2.2.1. Teoria da Imputação Objetiva. 2.3. Conceito de dolo. 2.4. Espécies de dolo. 2.5. Elementos subjetivos do tipo. 2.6. Erro de tipo essencial e accidental. 3. Tentativa 3.1. Tentativa e crime consumado. 3.2. Desenvolvimento da conduta criminosa. 3.3. Conceito de crime tentado. 3.4. Elementos da tentativa. 3.5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 3.6. Punibilidade da tentativa. 4. Tipos culposos 4.1. Conceito de culpa. 4.2. Conduta. 4.3. Dever de cuidado objetivo. 4.4. Resultado. 4.5. Previsibilidade. 4.6. Tipicidade. 4.7. Teoria da Imputação Objetiva. 5. Tipos omissivos dolosos 5.1. Crimes omissivos próprios. 5.2. Crimes comissivos por omissão. 5.3. A posição de garantidor. 5.4. A questão da causalidade. 6. Concurso de pessoas 6.1. Autoria. 6.2. Participação. 7. Ilícitude 7.1. Conceito e generalidades. 7.2. Ilícitude e tipicidade. 7.3. Causas de exclusão da ilícitude. 9. Culpabilidade. 9.1. Excludentes da culpabilidade.

DIREITO CIVIL

1. Noções gerais sobre pessoa e sujeito de direitos. Pessoa natural. 2. Personalidade jurídica. . Capacidade e Incapacidades. 3. Ausência. 4. Forma de individualização da pessoa natural: nome, estados e domicílio. 5. Direitos da Personalidade. Conceito. Distinções: direitos humanos, direitos fundamentais e direitos da personalidade. Histórico. Natureza Jurídica. Temporalidade. Dimensões. Titularidade. Tutela e proteção. Características. 5 Direitos da personalidade em espécie. 6. Pessoa Jurídica 6.1. Início da existência legal. 6.2. Classificação. 6.3. Espécies de pessoas jurídicas de Direito Privado. 6.4. Encerramento. 6.5. Responsabilidade civil e desconsideração da personalidade jurídica. 7. Elemento Objetivo da Relação Jurídica – Bens 7.1. Conceitos. 7.2. Classificação. 7.3. Patrimônio. 7.4. Bem de Família. 8. Teoria do Fato e do Negócio Jurídico. Juridicização 8.1. Classificação dos fatos jurídicos: fato jurídico stricto sensu, ato-fato jurídico, ato jurídico stricto sensu e negócio jurídico. 8.2. Ato ilícito. 8.3. Planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia. 8.4. Negócio Jurídico. 8.5. Elementos de autolimitação da eficácia do negócio jurídico: condição, termo e encargo. 9. Teoria das Invalidades/Nulidades 9.1. Diferenças entre nulidade (nulidade absoluta) e anulabilidade (nulidade relativa). 9.2. Disposições especiais. 9.3. Causas de nulidade e de anulabilidade: incapacidades, simulação, erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão e fraude contra credores. 10. Prescrição e Decadência 10.1. Prescrição. 10.2. Decadência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Princípios Gerais do Direito Processual Civil. Jurisdição: Conceito. Características. Princípios. Espécies. Poderes compreendidos na função jurisdicional. Autodefesa. Autocomposição. Heterocomposição. Petição inicial . Conceito. Requisitos. Pedidos. Emenda. Indeferimento da inicial. Resposta do réu. Conceito Formas. Reconvenção. Revelia. Litisconsórcio. Espécies. Relação processual litisconsorcial. Assistência. Simples. Litisconsorcial. Intervenção de terceiros. Conceito. Espécies. Direito Probatório. Introdução. Objeto da prova. Classificação das provas. Princípios. Ônus da prova. Contradição. Imaculação da prova. Sistemas de avaliação. Meios de prova. Espécies. Depoimento pessoal e confissão. Prova testemunhal. Prova documental. Prova pericial. Inspeção Judicial. Julgamento conforme o estado do processo. Despacho. Saneador. Tentativa de conciliação. Audiência de instrução e julgamento. Extinção do processo com julgamento do mérito e sem julgamento do mérito.